
Da Ditadura à Geração Alfa: Os Modos de Agir da Imprensa Negra no Combate à Opressão e ao Racismo à Brasileira¹

Bruno de Castro BRITO²
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

RESUMO

Este trabalho objetiva visibilizar a imprensa negra brasileira e enaltecer os modos de atuação dela durante a ditadura militar, logo após a Constituição de 1988 e com a popularização da Internet. A proposta é refletir sobre como jornais, revistas e portais negros se articularam no combate às opressões e ao racismo brasileiro, cuja marca maior é o fenótipo. Para promover as reflexões, são acionadas perspectivas da Comunicação, Sociologia e Antropologia, e utilizados depoimentos de 12 comunicólogos(as) negros(as) que fizeram/fazem parte de mídias negras em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul e Amazonas. As entrevistas online tiveram caráter semiestruturado e foram feitas inicialmente para a dissertação “Tudo o que nós tem é nós: um estudo sobre narrativas negras no jornalismo brasileiro.”

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa negra; Jornalismo; racismo; Comunicação; raça.

1. Introdução

Ao contrário do que pode pensar quem se mostrou surpreso com tantos portais negros no Brasil noticiando o assassinato do afro-americano George Floyd em maio de 2020, essas mídias não são fruto da urgência da Geração Alfa³. Nem mesmo da geração anterior, a Z⁴, quando a Internet começou a popularizar-se no país. A imprensa negra existe por aqui desde 1833, data na qual o primeiro jornal negro foi veiculado.

Intitulado “O Homem de Côm” (ou “O Mulato”, a partir do terceiro número), o periódico era produzido no Rio de Janeiro e publicado quinzenalmente, como revela o Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo. Apesar da criação tardia, visto que 333 anos transcorreram entre a invasão europeia, em 1500, e a estreia do jornal, e embora a vida curtíssima, pois teve apenas cinco edições, a publicação pavimentou caminho para

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, no XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Antropologia. Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. E-mail: bruno.castro.jornalismo@gmail.com.

³ Pessoas nascidas a partir de 2010.

⁴ Pessoas nascidas entre 1997 e 2009.

o surgimento de centenas de mídias feitas “por negros; para negros; veiculando assuntos de interesse das populações negras”, como define Pinto (2011, p. 19 e 20), ou “meios de comunicação voltados para as discussões étnico-raciais” (ARAÚJO, 2021, P. 140).

Desde 1833, publicações com essas características multiplicaram-se pelo Brasil - o que demonstra a articulação negra no Jornalismo enquanto programática e de alcance continental, mesmo com a maior parte das iniciativas concentrada em grandes centros urbanos, sobretudo em São Paulo, onde só na década de 1930 estima-se terem existido cerca de 30 jornais negros na capital.

Década após década, entre inícios e fins de projetos, a imprensa negra brasileira resistiu e, conforme Mapeamento da Mídia Negra no Brasil, do Fórum Permanente pela Igualdade Racial, o país dispôs de 65 iniciativas do tipo entre 1965 e 2019, tendo 2018 o pico de organizações criadas (15). Autointitulados principalmente como veículos de comunicação, coletivos e ONGs, esses empreendimentos praticaram etnocomunicação - ou seja: uma comunicação cuja perspectiva étnica é o ponto de partida para pensar todas as demais etapas de produção da notícia e, como consequência, confronta “um problema de episteme, de precariedade de ferramentas teóricas e analíticas” na Comunicação, ao voltarmos os olhares para meios que não os hegemônicos (BORGES, 2019, p. 18).

Quanto à imprensa negra, a precariedade da qual a autora fala manifesta-se pela ausência dessas plataformas nas matrizes curriculares dos cursos de ensino superior, por serem pouco exploradas por grupos de pesquisa e pela invisibilização que as empresas de comunicação tentam impor. E isso acontece diante do legado de quase 200 anos das mídias negras de uma prática decolonial, sendo essa decolonialidade uma luta contra os efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos da lógica colonial (de dominação) a partir da raça (MALDONADO-TORRES, 2020). Vai também de encontro à prática dessas mídias negras de um Jornalismo modo mais subjetivo e humanizado, aquele que trata a pauta como uma arma de combate (MORAES, 2022), na consciência e intenção de ser essa pauta - ou fazer dela - instrumento de emancipação humana (OLIVEIRA, 2017).

Há uma lacuna no debate sobre a urgência de toda comunicação ser decolonial que favorece a manutenção da questão restrita a um grupo (as mídias negras) e reforça o ecossistema jornalístico hegemônico a tratar o que diz respeito à realidade das pessoas negras como excepcional ou pitoresco - logo, estigmatizado. Isso tão somente reforça o caráter estrutural do racismo (ALMEIDA, 2019), pois posiciona aquilo que é alusivo às

peças brancas como normal e delinea sobretudo o homem branco cisgênero enquanto “sujeito universal.”

Por isso, a discussão sobre criar de imaginários - um dos produtos do Jornalismo - não deve ser reduzida à representatividade midiática. Embora necessário ter pessoas negras em espaços de visibilidade e poder, é preciso aprofundar as problematizações (MIELKE, 2020) sob pena de, em não o fazendo, findarem escamoteadas questões que são essenciais à centralidade do racismo para a formação do país.

Em diálogo com todos esses paradigmas, este artigo detalha a atuação de mídias negras na ditadura militar, após a Constituição Federal de 1988 e com a popularização da Internet. A partir de entrevistas semiestruturadas abertas, esses três períodos cruciais ao exercício do Jornalismo no Brasil são revisitados através de teorias e das narrativas de 12 pessoas que fundaram e trabalharam - ou ainda trabalham - na imprensa negra.

Essas/es interlocutoras/es formam um grupo equânime quanto ao gênero e falam de seis estados (quais sejam: São Paulo e Rio de Janeiro, no Sudeste (6 pessoas); Ceará e Bahia, no Nordeste (4); Rio Grande do Sul, no Sul (1); e Amazonas, no Norte (1)), de forma a conferir à cartografia da pesquisa a maior diversidade possível também no que se refere aos territórios.

Dos tempos ditatoriais aos veículos nascidos na Geração Alfa, todas as pessoas aqui referenciadas em entrevistas são negras. Iniciativas anteriores ao recorte proposto neste artigo não foram observadas pela impossibilidade de aplicação do mesmo método de coleta de depoimentos, o que restringiria a pesquisa a uma abordagem documental ou semiótica, o que além de não ser o intento deste trabalho também retiraria dele a chance de interação com personagens e a consequente revelação de detalhes da rotina dessas plataformas que não estariam registradas noutro lugar senão na memória afetiva.

2. Ditadura, Partidos, Movimentos e Enegrecimentos

Neusa Maria Pereira, Jamu Minka, Éle Semog e Vera Daisy Barcellos são de uma geração que conseguiu, de dentro das redações, contribuir com levantes populares. Estavam em jornais e revistas que combateram o regime militar do Brasil. E o fizeram por alinhamento político com movimentos sociais, estudantis e partidários, além de uma necessidade pessoal de enegrecer espaços historicamente ocupados apenas por pessoas brancas e das elites financeira e intelectual. Tudo isso sob forte censura.

Editora e repórter do caderno Afro-Latino-América, um suplemento do jornal *Versus* composto apenas por jornalistas negros(as), Neusa usou as palavras como arma contra a ditadura. Para revidar às opressões, valeu-se de uma escrita muito influenciada pelos escritores James Baldwin e Carolina Maria de Jesus porque “a gente escrevia a nossa verdade; o nosso sofrimento. A nossa escrita era um grito entalado na garganta.”

O periódico tinha sede em São Paulo e operou entre 1977 e 1979, mobilizando, segundo Neusa, atos públicos com estudantes, igreja, advogados, sindicalistas, operários e diversas outras categorias e instituições. Um deles resultou, em 1978, na fundação do que viria a ser o que conhecemos hoje por Movimento Negro Unificado (MNU). Apesar de o caderno ter sido projetado para suprir uma lacuna de representatividade e cobrir pautas culturais e de comportamento, estava eminentemente envolvido na seara política paulistana. Logo, em plena ditadura, teve integrantes fichados pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), sofreu perseguição e até ataques a bomba.

Ao classificar a grande imprensa como “de direita” e “que não quer saber de diversidade porque só tem branco e burguês” desinteressado em transformações sociais, Neusa diz:

Nós éramos negros de esquerda! E a gente podia contestar o sistema político, porque os editores, brancos, também estavam contestando. Nós, mais do que eles, queríamos derrubar a ditadura. Porque a ditadura dizia a falácia de que nós vivíamos numa democracia racial e quem discordasse era preso ou morto. E minha missão era denunciar o racismo brasileiro. Então, a redação virou um *bunker*. Porque os negros jovens tinham necessidade do tipo de informação que a gente produzia. Nós tínhamos que nos articular! Se éramos o setor mais discriminado e se todos estavam indo pra rua contra a ditadura, nós tínhamos que ir também criar mais oportunidades políticas pra nós. Isso fez a redação sofrer atentados do Comando de Caça aos Comunistas. A gente era perseguido porque nossa postura no jornal era pra inserir o negro na sociedade quando a gente era subenxergada. A gente não era gente, como diz Fanon. A gente era os condenados da terra. E, como mulher, era pior ainda, sabe? (Neusa Maria Pereira, 73 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2022)

A indignação contra o mito da democracia racial, essa teoria elitista e fictícia sobre ser o Brasil um paraíso de convivência entre as raças no qual todos têm acesso às mesmas oportunidades, combater isso era o que também impulsionava o jornal *Árvores das Palavras*, tocado por Jamu Minka, então jovem aluno do curso de Jornalismo da Universidade de São Paulo (USP), dentro do movimento estudantil.

O periódico circulava dentro da própria USP, um ambiente, em essência, tido como subversivo pro período e no qual Jamu estimulava discussões contra a ideologia militar da época, especialmente estimulado pelo noticiário dos Estados Unidos e pelas leituras que fazia dos movimentos libertários em África.

Toda essa efervescência da sociedade brasileira, que era a coisa do combate à ditadura, tudo isso invadia a nossa consciência, a nossa vivência. Tudo isso dava um cruzamento com questões nossas, culturais e de militância. Tudo isso fazia parte da vida da gente. E a gente tava numa contracorrente com todos os interesses econômicos. Interesses políticos que não viam com bons olhos uma juventude negra agitando. Porque pra Ditadura não existia questão racial no Brasil. E a gente significava o oposto disso. Não tem democracia racial. Nunca teve. Tudo isso fermentava nossa consciência e a questão da existência negra ser um fator político que cabia a nós, a nova geração. (Jamu Minka. 70 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 12 de fevereiro de 2022)

No *Maioria Falante*, jornal cuja produção acontecia no Rio de Janeiro, o tom político das publicações advinha dos movimentos sociais, notadamente do Movimento Negro, que em 1987, quando o periódico começou a circular, o país ainda lutava para se libertar das amarras políticas e legislativas do militarismo, muito embora o regime não mais existisse formalmente desde a reabertura política, em 1985.

Os tempos eram de ebulição por um regime jurídico de garantia de direitos, que se materializaria na Constituição Federal de 1988, chamada Constituição Cidadã justo por assegurar conquistas a minorias sociais. A lei que torna racismo crime é decorrente de articulações deste período da história. E compunham a redação do *Maioria Falante* os mesmos movimentos que estavam na linha de frente dessas lutas. Isso depõe sobre parte dos colaboradores não ser jornalista. O próprio Éle Semog não era. Tinha formação em análise de sistemas e trajetória de poeta. E tudo isso contribuía para o espaço ser o mais diverso possível, nas gentes, nas discussões e nas pautas.

Quando você combate o racismo, em algum momento você tem que ser radical. Não dá pra dizer que tá tudo bem. Porque não tá tudo bem! E as propostas do *Maioria* falavam o que estava acontecendo. Envolviam os responsáveis. A gente nomeava o Estado. O Estado não é um ente abstrato! Ele tem Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, um monte de sujeito trabalhando, tem juiz que dá pena dobrada pro negro... Então, o Estado é um ente bem concreto e violento contra a população negra. E a gente falava isso no jornal. A realidade é que o branco brasileiro tem pavor de qualquer tipo de ascensão do negro. Só que a gente tá num processo de ascensão que não é individual. É coletivo. Irreversível e

coletivo. E eles se sentem profundamente ameaçados. (Éle Semog, 70 anos. Poeta. Entrevista concedida em 3 de março de 2022)

Foi esse mesmo senso de coletividade, de busca por um Jornalismo mais plural e que representasse a população negra de forma menos estereotipada que a gaúcha Vera Daisy Barcellos criou com amigos a *Tição*, uma revista escrita em Porto Alegre e que, mesmo tendo sido pensada para combater frontalmente o racismo, nunca teve a proposta de ter uma equipe composta apenas por pessoas negras, “até porque não tinha na época tantos jornalistas negros assim.”

O primeiro número foi publicado em 1978, antecipando diversas pautas políticas e de comportamento que ainda hoje figuram em portais de notícias negros. Mas a revista conquistou não apenas a comunidade negra local. Circulou por todo o Rio Grande do Sul, alcançou outros estados brasileiros e chegou até em países da América Latina. Era estratégico atuar em rede naquele momento histórico, especialmente quando o debate sobre autoidentificação racial era tão forte e tão cara ao movimento negro, ao passo que contrariava a narrativa oficial do Estado.

Na década de 1970, não existiu em Porto Alegre nenhum veículo de comunicação como a *Tição*. E pensar isso me lembra que eu sempre achava que não era suficientemente capaz de fazer as coisas. Mas fui a responsável pela revista. Eu era a editora. Isso pra mim na época era assustador porque todos os temas, todas as escritas passaram pela censura do Dops. E a pessoa que ia ao Dops era eu, como jornalista responsável pela publicação. Ia sem a certeza da volta. Pela postura deles, nós sabíamos que estávamos sendo espionados. Eles fizeram algumas intervenções em alguns textos, não em todos. Mas só o fato de ir ao Dops era algo assustador pra gente. Era assustador. (Vera Daisy Barcellos Costa, 73 anos. Jornalista. Entrevista realizada no dia 8 de janeiro de 2022).

Mídias negras como essas pavimentaram o caminho para outros projetos noutros tempos. É o caso das quatro iniciativas negras retratadas no próximo tópico, cujo marco é o início do sistema político democrático do Brasil a partir da Constituição Federal, que estabelece a liberdade de imprensa como direito fundamental de qualquer cidadão após décadas de censura, perseguição e mortes.

3. Democracia, negritudes e consciência

Superada a ditadura militar, o Brasil passa a respirar ares democráticos que se revertem na criação de novas mídias negras. Neste momento, livre das amarras impostas por um regime censor, essas plataformas adotam editorialmente a postura de afirmar a existência negra pela positivação de imaginários. O diametral oposto, portanto, do que a grande imprensa produz (FERREIRA, 2004).

Oswaldo Faustino, Alex Ratts, Silvia Nascimento e Cleidiana Ramos são parte disso. Em veículos de comunicação *online* e *off line* no Sudeste e no Nordeste, elas/eles produziram um jornalismo afrocentrado que muito contribuiu na redefinição de padrões estabelecidos pela grande mídia, inclusive para além dos muros da própria imprensa, no debate, por exemplo, no campo da estética.

Como um dos idealizadores da Raça Brasil, Oswaldo Faustino testemunhou uma subversão de valores. A revista teve o primeiro número publicado em 1996, opera desde então e, por isso, é talvez uma das mídias negras mais longevas da história do país. Por anos, foi veiculada apenas em versão impressa. Atualmente, tem presença também no ambiente digital e produz conteúdo nas principais redes sociais.

O jornalista aponta transformações no conteúdo da revista. Mudanças de gestão, novos debates sociais e o retorno do público são apontados por Faustino como algumas causas da transição dos materiais sobre autoestima, nos 11 primeiros anos da Raça, para a publicação também de denúncias de racismo e casos de segurança, que até hoje são lidos nas páginas da Raça.

O legal da Raça é que ela usou como base uma ideia de mercado de que preto na capa não vende. Esse era o discurso de todas as agências de publicidade. Qualquer editor de qualquer revista dizia isso. A Raça, então, contradiz isso. E prova que se você fizer uma bela capa de preto ela vende. As denúncias de racismo são importantes. O risco é você pensar só em denúncia e isso entrar em conflito com a questão da autoestima. Acho a denúncia necessária e algo que tem que estar no ‘bom dia’. Porque a gente acorda entendendo que o racismo está aí. Mas penso que essa denúncia tem que vir com a ideia de valorização. A gente tem que dizer que o racismo não é culpa nossa. Senão, a gente corre o risco de entrar no jogo deles do ‘mi mi mi’. E nós não somos coitadismo. Somos guerreiros combatendo e revelando a força da nossa história diante de um racismo que é estrutural e só existe porque é um projeto de Estado. (Oswaldo Faustino. Jornalista. Entrevista concedida em 12 de fevereiro de 2022)

O reforço à identidade também foi marca do jornal Malemba, que circulou em Fortaleza no começo da década de 1990, dez anos depois de o Movimento Negro nascer

no Ceará, e lidou com o mito da inexistência negra em uma época na qual esta narrativa era muito recorrente. No estado, ainda é forte o falso imaginário de que o território teve poucos escravizados e, por isso, negros e negras tiveram pouca ou nenhuma importância na formação sociohistórica do lugar. Apesar de já refutada, essa tese tem apelo popular.

Era preciso, então, afirmar a identidade negroafricana do cearense - que Ferreira (2020) afirma ter origem congo-angolana. Elaborado por estudantes universitários não jornalistas do Grupo de União e Consciência Negra, o periódico ia além de denúncias de racismo e pautava questões políticas, como as lutas na passagem dos 300 anos de Zumbi dos Palmares, além de aspectos sobre cultura, comportamento, causas sociais etc.

Para os(as) jovens, tratava-se de uma experiência nova, vivida sem que tivessem referências locais de Jornalismo negro. O coletivo espelhava-se em iniciativas como o MNU, que tinha jornal próprio e àquele tempo já povoava pensamentos e guarda-roupas com a capa da edição cuja manchete era “Beije sua preta em praça pública.”

A gente tinha que criar o jornal com uma certa linguagem, usando certas categorias. A gente foi se autoformando dessa maneira: de colocar as questões, de se colocar por voz. Até mesmo a questão do silêncio a gente trabalhou muito. Porque a gente não queria falar de qualquer jeito. Não queria só expor cenas, falas da vida precária, como muita gente faz. A gente brigava pela história do negro no Ceará, que não era só escravidão. A gente rompeu, abriu um caminho. É muito mais interessante fazer isso do que ficar criticando e só dizendo que tem negro no Ceará. Eu não perco mais o meu tempo com isso. Eu quero que a pluralidade de pesquisas aconteça. Dizem: “o Ceará tem 80 quilombos”. Tem, e aí? Quem são esses quilombolas? Deixa eles falarem! O que nós queríamos fazer, a gente fazia. A gente não queria se afastar das nossas bases. Então, o Malemba chega nesse contexto do Movimento Negro de Fortaleza de onde você estivesse você levasse essa mensagem aos negros. E isso só era possível porque a gente já tinha trabalhado isso em nós: a questão de ser negro. (Alex Ratts, 58 anos. Antropólogo. Entrevista concedida em 6 de janeiro de 2022).

Foi por também já ter dilapidado o próprio pertencimento à negritude que Silvia Nascimento viu a chance de ocupar um espaço novo - a Internet - e fazer dele um lugar de promoção da igualdade racial no qual também pudesse enxergar a si mesma. Assim, em 2001, foi ao ar o Mundo Negro, primeiro site especializado em população afro na América Latina. É a mídia digital do gênero com mais tempo em atividade no Brasil.

Sem ligação com movimentos sociais, a plataforma é a mais seguida do Brasil dentre todos os perfis negros de notícias no Instagram. Tem 783 mil seguidores. E não alinha conteúdos com partidos políticos. Nem mesmo com os “de esquerda”, que, como

aqui relatado, já foram local de atuação do Jornalismo negro até na ditadura. Silvia diz que “a gente defende ideias”. “Sempre que falamos com a comunidade negra, isso é um ato político. Mesmo que o tema seja, por exemplo, cinema. Porque a gente faz parte de um grupo oprimido e minorizado”, frisa. E arremata:

Quando eu conheci a Raça Brasil, comecei a me aprofundar nos estudos sobre mídias negras e negritude. Trabalhei numa revista que era meio concorrente da Raça e aprendi como funciona o empreender quando você é negro. No começo, eu ia muito de maneira orgânica, pra dar pra minha comunidade um espaço de representatividade na imprensa. Aí, a gente vai amadurecendo e eu vou entendendo outras formas de falar sobre negritude. Eu, hoje, quero quebrar isso de as pessoas acharem que por ser um veículo negro obviamente é um veículo sobre racismo. Minha meta é mostrar a nossa pluralidade. Eu não acho que, como veículo negro, eu tenha que falar só sobre questões relacionadas ao racismo. Acho isso um viés preconceituoso. Pessoas negras precisam de conteúdos representativos mais positivos. E eu acredito que a representatividade positiva é um ato político. Porque num mundo que trabalha pra fazer a gente se detestar você produzir conteúdo falando quem somos, que existimos, dizendo que há existência, eu acho extremamente político. (Silvia Nascimento, 45 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 9 de junho de 2022)

Essa representatividade positiva a qual Silvia refere-se também foi timoneira do Jornalismo praticado por Cleidiana Ramos no grupo A Tarde, em Salvador. Entre 2003 e 2015, ela comandou a veiculação de cadernos especiais alusivos à Consciência Negra, celebrada em 20/11. E o que deveria ser um projeto pontual atrelado a uma efeméride se tornou um grande investimento para a empresa. Ou seja: a jornalista criou uma mídia negra dentro de uma mídia hegemônica.

Isso levou à mudança de diversos fluxos e entendimentos internos do grupo, que vislumbrou novos horizontes de investidores e viu o público leitor do jornal expandir, pois mais reportagens de teor decolonial passaram a figurar nas edições diárias e pensar os cadernos especiais tornou-se um exercício que envolvia quase todos os setores e até mesmo a sociedade civil, quando da criação de um conselho definidor das pautas.

Toda essa articulação acontecia, ressalve-se, na cidade mais negra do Brasil, que também é a cidade mais negra fora da África, e, por isso, imersa em alegorias sobre não sofrer a incidência do racismo. Dentro da redação, Cleidiana recorda haver uma maioria branca e masculina. Existia, então, o desafio de falar de identidade, gastronomia, raça, vestuário, música, baianidade, tudo na perspectiva do povo negro, muitas vezes tendo a disposição de tocar em feridas profundas, como é falar sobre racismo.

Você abria o jornal e tinha lá um seminário sobre cultura negra. Tava a escola criativa do Olodum. Coisas que antes não eram publicadas. Pro pessoal que cobria Polícia, a gente sempre reclamava: “cuidado com o que vocês dizem, porque nós estamos aqui”. Muita gente se incomodava lá dentro com os cadernos e o que eles geravam. Mas a gente queria que as pessoas abrissem o jornal e se enxergassem. E isso acontecia muito. (Cleidiana Ramos. Jornalista. Entrevista concedida em 21 de janeiro de 2022).

Esse incômodo não se restringe a décadas passadas. É ainda muito presente na rotina produtiva das mídias negras de hoje, que se valem da capacidade de disseminação das redes sociais para potencializarem conteúdos ao mesmo tempo em que sofrem com os discursos de ódio nelas proliferados quando denunciam casos de racismo.

4. Democracia, negritudes e consciência

É no contexto de ascensão de falas racistas e opressoras, inclusive por lideranças políticas, que a geração de comunicólogos negros da qual Jonas Pinheiro, Pedro Borges, Ariel Bentes e Jéssica Carneiro produz um Jornalismo para uma geração que está a cada dia mais conectada à Internet e menos dependente de coletivos. Algo também sentido - e vivido, até - pela imprensa negra contemporânea.

Como colaborador da *Afirmativa*, Jonas testemunhou a revista deixar de ser em papel para existir exclusivamente no *online*. A publicação nasceu em 2014 pelas mãos de jovens estudantes da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) que não se viam representados na grande imprensa e pautavam, já naquela época, a relevância de políticas públicas só hoje, quase dez anos depois, começam a ser implementadas, como é o caso das cotas para pós-graduações.

Havia ainda o incômodo com o flagrante epistemicídio do ambiente acadêmico, cujos olhares no Jornalismo voltam-se só para o que dizem intelectuais euroamericanos. De tudo isso, o jovem recorda, surgiu o ímpeto de “vamos criar a nossa própria maneira de fazer Jornalismo”. E essa própria maneira tinha a tônica de um posicionamento antirracista evidente e propositivo, de “positivar imaginários”. A ordem é: ir além da tragédia. No lugar da morte, o esporte. Em vez da dor, a beleza.

A gente não tá fazendo menos Jornalismo por sermos posicionados. A gente faz Jornalismo. Ponto. É interessante observar os valores sociais, os valores-notícia

e os valores do Jornalismo, inclusive a nossa escolha de falar que não somos neutros. No começo, a gente dizia que era uma mídia negra, nordestina e baiana. Hoje, nós somos um coletivo de mídia negra, independente e baiano. A percepção ficou um pouco mais lapidada, pensando no mercado e na existência do veículo. Porque se você pegar o histórico da imprensa negra tem projetos maravilhosos que não conseguiram durar. Obviamente que, no comparativo com mídias atuais, tem diferença de perspectiva política. As mídias empresariais reivindicam a ideia de universalização, de o que elas fazem é Jornalismo, enquanto as mídias negras reivindicam o lugar da identidade. Muitas vezes, elas vão racializar a mídia hegemônica. Porque o Jornalismo é branco. (Jonas Pinheiro. Jornalista. Entrevista concedida em 30 de julho de 2022).

Na perspectiva de combater a branquitude, a Alma Preta surgiu em 2015 como a primeira agência de Jornalismo negro do Brasil. Com sede em São Paulo, a iniciativa é hoje a segunda maior plataforma de conteúdo especializado em população afro do país. Fica atrás apenas do site Mundo Negro, aqui já retratado.

Cofundador do projeto e atual diretor do editorial, Pedro Borges sintetiza o ideal da agência com o questionamento: “por que fazer uma parada que a grande imprensa já tá fazendo?”. Ele aposta em trabalhos coletivos como o da Alma Preta e pondera que a premissa do Jornalismo negro é imprimir nos produtos um olhar que nenhum veículo da imprensa hegemônica é capaz de copiar.

Jornalismo constrói imaginário. Então, eu não acho que a gente tem o direito de ficar estimulando na cabeça do nosso povo, que é um povo muito pobre, uma ideia super liberal da vida, uma ideia de mercado empreendedor. A gente tem que fazer um Jornalismo de transformação social, um Jornalismo de luta, pra que as pessoas tenham uma vida mais digna. Exaltar vida de negro rico sem problematizar é uma coisa que a gente, no Alma Preta, não vai publicar nunca. Porque eu tô falando de política e de luta. De mostrar pra molecada que nosso povo não tem outra saída. Tem que lutar! E mídias negras trabalham para construir um imaginário do nosso povo. Um imaginário progressista, no campo do direito social, de interesses coletivos, para que as pessoas não caiam em contos. (Pedro Borges. Jornalista. Entrevista concedida em 3 de junho de 2022)

Com esse propósito também atua a Favela em Pauta. Do olhar da comunidade, o mundo possível de Manaus (AM) se forma pelas palavras escritas por Ariel Bentes em um coletivo sem ligações político-partidárias e com boa parte da equipe sem vínculos com movimentos sociais. O compromisso maior, ela diz, é com a propositura de pautas nas quais a questão racial esteja abertamente posta, “mesmo quando a gente não precisa falar sobre racismo.”

Esse Jornalismo, Ariel pratica em um lugar no qual imaginários são levados para um universo indígena utópico. Isso amplia as dificuldades de atuação, pois o primeiro pensamento sempre é o de que a região amazônica não tem população negra (logo, não tem racismo; por consequência, não precisa de antirracismo (PINHEIRO, 2023); e, por fim, não carece do noticiário especializado). Mito.

A gente leva a raça pro texto. A gente sempre vê que, pelo fato de as periferias terem mais pessoas negras, isso precisa sempre ser trazido. Nosso Jornalismo é diferente da mídia hegemônica desde o momento em que a pauta é pensada porque é importante conversar com o morador preto. Especialista é para somar, não pra ser protagonista. Por exemplo: eu estou com uma pauta sobre inflação e fome. É importante pensar que quem sofre mais é a população mais pobre, preta, indígena, ribeirinha... Essa é uma pauta que não tem como fazer sem recorte racial. Nas mídias hegemônicas, só há preocupação de ouvir pessoas negras quando a pauta é sobre raça. Então, o Favela em Pauta é antirracista e quer conversar com pessoas pretas e pobres, de favela ou não, alinhadas com o antirracismo. A gente quer contar a nossa perspectiva, da nossa vivência. Mídias negras são uma oportunidade de a gente contar as histórias das nossas famílias, das nossas comunidades, dos nossos territórios... (Ariel Bentes, 24 anos. Jornalista. Entrevista concedida em 30 de maio de 2022)

E foi justo contando histórias do próprio território que o Ceará Criolo surgiu. Era 2018 e o projeto, idealizado como intimista e com prazo de validade definido, tornou-se o primeiro portal de Jornalismo profissional e negro do Ceará. De imediato, ocupou um território virtual vazio e propondo uma agenda positiva sobre a população afro, na qual não fossem publicados episódios de racismo, morte, violência, pobreza, sexualização ou qualquer outra forma de estigmatizar pessoas pretas e pardas.

O portal aposta no protagonismo negro e o faz com integrantes sem vinculações com movimentos sociais ou político-partidárias. Apesar da presença nas principais redes sociais digitais, é no conteúdo elaborado para o site que o Ceará Criolo mais consegue visibilidade. Tudo de forma orgânica. Segundo Jéssica, até hoje, quase cinco anos após a criação, o portal nunca investiu em impulsionamento de postagens ou em anúncios.

Existiu um momento na história, ali nas décadas de 1960 e 1970, em que os movimentos negros eram muito da ordem militante. De funcionarem como uma diretriz política. E isso eu julgo ser uma questão geracional. Hoje, os núcleos e ações em torno de uma pauta são mais do âmbito individual ou alternativo. Porque as pessoas não se identificam mais tanto por grupos, até porque com a ascensão dos influenciadores digitais, às vezes, uma só pessoa alcança mais gente do que grupos inteiros. Nós estamos num cenário que nos permite criar

nossa própria plataforma e nos colocarmos no lugar de uma voz alternativa na Comunicação sem nos sentirmos constrangidos a fazer parte de grupos históricos. Pra gente, não é suficiente estar do lado de pessoas progressistas se elas não tiverem comprometimento com o fim do racismo. E não queremos nos vincular a empresas que só querem lucrar em cima do nosso capital social. Porque tem empresa que mata preto e, diante da repercussão ruim, procura portal negro pra emplacar postagem patrocinada. A gente não aceita. Isso é abertamente discutido e nós já recusamos anunciantes grandes por considerarmos que não era uma empresa comprometida com a causa racial ou por ela estar envolvida em questões muito caras pra nós. Às vezes, a gente paga um preço por manter essa coerência de não se vender por qualquer coisa. (Jéssica Carneiro, 30 anos. Comunicóloga/ Publicitária. Entrevista concedida em 2 de março de 2022)

Assim, entre semelhanças e divergências, as mídias negras brasileiras demarcam sua contribuição histórica à formação do país e no combate às opressões, sobretudo ao racismo - que, no Brasil, como diz Nogueira (2007), é de marca, reforçando os traços fenotípicos dos sujeitos.

5. Considerações Finais

Como nenhuma redação de grande porte do Brasil é gerida por uma pessoa negra e os jornais hegemônicos têm em sua formação maioria de pessoas brancas, a existência e a atuação das mídias negras contribuem com a criação de uma memória menos injusta tanto da historiografia jornalística do país quanto da sua formação enquanto nação. E as atuações retratadas neste artigo são prova disso.

Quando adotaram uma conotação eminentemente política nas suas produções, as plataformas que atuaram contra a ditadura militar favoreceram a criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial (hoje MNU). Quando, libertas das amarras de um regime opressor, reforçaram as negritudes, contribuíram para combater o mito da democracia racial e marcaram um período de pluralização de entidades num processo de politização da identidade coletiva negra. E quando, já na Geração Alfa, diluíram lugares historicamente preestabelecidos para pessoas negras na era em que a humanidade nunca produziu tanto conteúdo, assim o fizeram empoderando-se de conquistas ancestrais em prol de um afrofuturo.

O fato é que a atuação dessas mídias se entrelaça com a trajetória de quem delas faz parte. E, assim, politizam a raça ao mesmo tempo em que racializam o ecossistema

jornalístico por exercerem esse Jornalismo não apenas pelos dizeres. Exercem na pele. A partir e através dela com razões tão diversas para isso quanto é a própria negritude.

Ao possibilitarem letramento racial, as mídias negras produzem conhecimento e promovem equidades, contribuindo para a redução de uma flagrante desigualdade racial midiática (SANTOS, 2018). Assim, digo: se as mídias hegemônicas foram/são a Casa-Grande da Comunicação, as mídias negras foram/são os quilombos deste universo. Pela resistência utilizada como meio de sobreviver, mas, sobretudo, pela subversão que impõem à supremacia branca.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO, V. T. de. **O que é a imprensa negra?** Diálogos sobre comunicação e negritude no Brasil. - 1. ed. - Florianópolis, SC: Editora Insular, 2021.

BARCELLOS, V. D. [Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito]. 2022. Duração: 1 hora, 50 minutos e 32 segundos. Plataforma: Google Meet, com gravação apenas de áudio.

BENTES, A. [Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito]. 2022. Duração: 90 minutos e 42 segundos. Plataforma: Google Meet, com gravação apenas de áudio.

BORGES, P. [Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito]. 2022. Duração: 44 minutos e 33 segundos. Plataforma: Google Meet, com gravação apenas de áudio.

BORGES, R. **Mídias, racismos e outras formas de destituição**: elementos para o reposicionamento do campo da comunicação. In: Vozes negras em Comunicação: mídias, racismos e resistências. 1 ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CARNEIRO, J. [Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito]. 2022. Duração: 47 minutos e 14 segundos. Plataforma: Google Meet, com gravação apenas de áudio.

FAUSTINO, O. [Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito]. 2022. Duração: 63 minutos e 52 segundos. Plataforma: Google Meet, com gravação apenas de áudio.

FERREIRA, H. **Negros e negras cearenses, afirmo sua existência**. Ceará Criolo, Fortaleza, Ceará, 2020. Disponível em: <https://cearacriolo.com.br/negros-e-negras-cearenses-afirmo-suaexistencia/>. Acesso em 13 ago. 2023.

FERREIRA, R. A. **Quando a imprensa branca fala da gente negra**: a visão eurocêntrica da imprensa na cobertura de afrodescendentes. In: Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro / organização Flávio Carranço, Rosane da Silva Borges. -- São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADOTORRES, N.; GROSFOGUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. – 2. ed.; 3. reimp. -- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020. p. 27-53.

MIELKE, A. C. **Comunicação e Racismo Estrutural**. 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/comunicacao-e-racismo-estrutural/>. Acesso em 9 jul 2023.

MINKA, J. [**Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito**]. 2022. Duração: 70 minutos e 21 segundos. Plataforma: Google Meet, com gravação apenas de áudio.

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. 1 ed. - Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

NASCIMENTO, S. [**Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito**]. 2022. Duração: 21 minutos e 5 segundos. Plataforma: WhatsApp, com gravação apenas de áudio.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. In: **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, 2007, pp. 287-308.

OLIVEIRA, D. de. **Jornalismo e emancipação**: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire. 1 ed. - Curitiba: Appris, 2017.

PEREIRA, N. M. [**Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito**]. 2022. Duração: 2 horas e 54 minutos. Plataforma: Google Meet, com gravação apenas de áudio.

PINHEIRO, J. [**Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito**]. 2022. Duração: 79 minutos e 44 segundos. Plataforma: Google Meet.

PINHEIRO, B. C. S. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PINTO, A. F. M. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RAMOS, C. [**Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito**]. 2022. Duração: 2 horas, 22 minutos e 56 segundos. Plataforma: Google Meet, com gravação apenas de áudio.

RATTS, A. [**Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito**]. 2022. Duração: 1 hora, 11 minutos e 49 segundos. Plataforma: Google Meet, com gravação apenas de áudio.

SANTOS, T. V. A. dos. **Desigualdade racial midiática**: o direito à comunicação exercido e o direito à imagem violado. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

SEMOG, É. [**Entrevista concedida a Bruno de Castro Brito**]. 2022. Duração: 89 minutos e 27 segundos. Plataforma: Google Meet, com gravação apenas de áudio.